

O IFE/IFO NO ISCAP – UMA PERSPECTIVA DIACRÓNICA

Maria Ivone Osório Cardoso e Cunha

O presente artigo irá analisar a existência do Inglês para Fins Específicos (IFE) / Inglês para Fins Ocupacionais (IFO) no ISCAP através dos tempos. Por ser docente desta Instituição, cuja antiguidade e tradição permitiu o acesso a um vasto leque de publicações e arquivos, a análise será pormenorizada. Por motivos que me ultrapassam, não consegui proceder a uma investigação tão exaustiva quanto me tinha proposto, porque muita da informação necessária, com as sucessivas mudanças e transformações do actual ISCAP, foi queimada ou desapareceu, conforme foi mencionado por antigos funcionários e pelo actual bibliotecário. Daí que a maior parte da documentação recolhida se situe por volta dos anos 60, embora haja alguns documentos de datas anteriores.

Tendo em vista o ensino do comércio, o ISCAP foi fundado em 1886, pelo Ministro Emídio Navarro. Resultou da conversão anterior do Instituto Comercial do Porto (ICP), precedido este, por sua vez, pelo antigo Instituto Industrial e Comercial do Porto (IICP). Em 1918, efectua-se a divisão tripartida do ensino comercial em elementar, médio e superior e os Institutos Comerciais aparecem como escolas autónomas, caracterizadas por serem “simultaneamente escolas de especialização e escolas preparatórias” (Magalhães, 1945: 18). Preparatórias, porque poderiam ser o meio para o acesso ao Ensino Superior; especializadas¹, porque as disciplinas leccionadas versavam conteúdos específicos. Daí o seu carácter prático, ressaltado pelo facto das disciplinas reflectirem uma tal ambivalência.

Em 1924, procede-se de novo à fusão do Instituto Industrial (II) com o Instituto Comercial (IC), ressurgindo o Instituto Industrial e Comercial do Porto (IICP) (Almeida, 1985). O Dec. Lei nº 9951 de 31 de Julho de 1924 considera que:

as condições do momento indicam ser absolutamente indispensável reunir num só estabelecimento de ensino os Institutos Industrial e Comercial do Porto [e que] esta junção terá de subsistir enquanto naquela cidade não for possível possuir edifícios separados para os dois institutos (cf. Magalhães, 1945: 15).

Assim, o ICP volta a perder a autonomia, partilhando “uma direcção única de dois estabelecimentos de ensino, que aproveitam o mesmo material escolar e uma notável economia de pessoal, tanto docente, como administrativo e menor” (Almeida, 1985: 72), que reúne num só estabelecimento os II e IC, volvendo-se à designação de IICP. Em 26 de Junho de 1933, pelo Dec. Lei nº 22739, o IC é extinto e são separadas as duas secções do IICP, voltando-se a falar em ICP, designação que se mantém até aos anos 70.

A partir de 1976, entrou-se num período de uma certa indefinição quanto à exacta localização do Instituto no Ensino Superior, situação naturalmente partilhada pelos restantes Institutos congéneres do país, uma vez que, sendo escolas que conferiam graus de Bacharelato, Licenciatura e Doutoramento, deveriam integrar-se no Ensino Superior Universitário, mas que disposições legais posteriores levaram à sua integração no Ensino Superior Politécnico (ESup Pol). Por oferecer disciplinas de nível superior e por conferir aos seus diplomados a categoria de Bacharel, pelo Dec-Lei 32776 de 6 de Maio, o ICP passa a ser integrado no ESup.

Em 1988, com o Dec. Lei nº 70/88 de 3 de Março, em cujo preâmbulo se afirmava: ‘considerando que existe similitude de objectivos e identidade dos planos de cursos entre o ensino professado nos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração e as Escolas de Ensino Superior Politécnico’, são integrados diversos Institutos na rede de estabelecimentos do ESup Pol, situação que se mantém até aos nossos dias.

O ISCAP é o único dos ISCA's que, para além de estudos nas áreas de Contabilidade e afins, oferece estudos em outras áreas das Ciências Empresariais. Os graus académicos concedidos são os de Bacharel (através dos Cursos de Bacharelato) e Licenciado (através das Licenciaturas Bi-Etápicas). O ISCAP confere o grau de Bacharel em Contabilidade e Administração; Línguas e Secretariado; Estudos Superiores de Comércio; Curso Superior Aduaneiro e Licenciatura em Gestão Financeira; confere o grau de Licenciado em Gestão Financeira; Auditoria; Contabilidade e Administração; Assessoria de Gestão; Comércio Internacional, opção Gestão Internacional; Tradução Especializada; Mestrado em Contabilidade e Administração. Prevê-se ainda a criação das novas especializações noutras áreas como, por exemplo, Administração Pública, Marketing, Crédito e Seguros.

No ano lectivo de 1996-97, iniciou-se nas instalações do ISCAP um curso de Mestrado em Contabilidade e Administração criado pela Universidade do Minho com a colaboração do ISCAP, ao abrigo de um protocolo de cooperação entre o IPP do Porto e aquela Universidade.

Irei, em seguida, analisar o programa de Língua Inglesa (LI) do ISCAP. Pretendo verificar se a preocupação em leccionar uma disciplina de cariz prático e profissionalizante se verificou no passado e se tem repercussões no momento presente.

A presença da LI num curso onde figuravam outras disciplinas específicas data de 09/02/1803. Enquanto príncipe regente, D. João IV autorizou, por diploma, ‘a abertura das aulas de matemática, de comércio e das línguas francesa e inglesa’ (Breve Resenha Histórica ISCAP: 1), para ajudar os comerciantes da época a resolverem os problemas financeiros e linguísticos que poderiam existir nas trocas comerciais. Penso que foi também devido a esses pressupostos que, no reinado de D. João I, se começou a ensinar Contabilidade e Administração em Portugal.

Em 19 de Maio de 1759 foi criada pelo Marquês de Pombal, em Lisboa, a ‘aula do comércio’, com a finalidade de formar indivíduos competentes para a organização dos negócios. Já eram notórias as necessidades específicas impostas pelas trocas comerciais entre os comerciantes portugueses e estrangeiros.

Consegui encontrar em arquivo um relatório sobre o IICP, de 1918, onde a LI é uma disciplina integrante do curriculum. Na época, a LI figurava como a 24ª cadeira do curriculum, abrangendo um total de 100 alunos (15 ordinários e 85 voluntários). Neste estabelecimento de Ensino Industrial e de Comércio, existiam cursos superiores em ambas as áreas desde 1905, dando-se cumprimento a uma carta de Lei publicada em 5 de Junho de 1900. Elucidativo da especialidade do ensino ministrado parece ser o documento apresentado em 13 de Janeiro de 1916, para a organização do IICP que, no artº 3º, diz ‘autorizar o ensino livre e organizado de qualquer especialidade técnica’, sendo a LI a 23ª cadeira do curso que se subdivide em duas partes: Língua Inglesa – aplicação profissional; Língua Inglesa – conversação e correspondência (artº 3º), onde ressalta o carácter pragmático, profissionalizante e a natureza específica dos conteúdos, o que remete para a importância do vocabulário.

O Dec. Lei nº 5029, de 5 de Dezembro de 1918, afirma no preâmbulo que: “sem comércio não há vida económica. É o comércio que exprime a

vitalidade da nação, constituindo o índice seguro da riqueza, da economia pública”. A disciplina de LI fazia parte do conjunto de cadeiras dos cursos do IICP e do IC, na mesma cidade, sendo sujeita a uma nota em que se dizia que a disciplina era eminentemente prática (‘curso prático de Língua Inglesa’), o que parecia conferir-lhe uma grande importância, visto que eram leccionados conteúdos específicos (conversação e correspondência) que iriam ajudar a facilitar o comércio, o que, por consequência, melhoraria a prosperidade económica do país.

Magalhães (1945: 28), com base no Dec. Lei 20328, afirma que os cursos conciliaram duas correntes:

a ‘prática’ [isto é], ‘desempenhar na prática funções técnicas perfeitamente definidas e absolutamente inconfundíveis’ e ‘a idealista’ ou seja, ‘o ensino técnico não pode ser só utilitarista. Isto é, na escola onde se preparam contabilistas a língua e a literatura nacional devem fazer parte do quadro das suas disciplinas’ (cf. *O Tripeiro*, 1985).

Era neste contexto que importava “dar relevo às línguas estrangeiras na organização dos Institutos Médios de Comércio” (*ibidem*: 37), o que relevava um carácter pragmático do ensino da(s) língua(s) e a existência de um público-alvo específico .

No artº 3º do Dec. Lei 38231 de 1964, afirma-se que: “o ensino dos Institutos é teórico, experimental e prático, tendo em vista conferir aos alunos, a par da necessidade de educação científica, o domínio das técnicas próprias das suas futuras profissões”². Portanto, as línguas deveriam reflectir estes objectivos.

Os cursos do ICP de Contabilidade, Perito Aduaneiro e Correspondente em LE tinham dois anos comuns. Nos dois primeiros anos o curso prático de inglês tinha como conteúdos (Uva 1963-64):

(...) uma série de textos para traduzir e interpretar em inglês. Conhecimentos do vocabulário geral. Estudos gramaticais com carácter prático [e o] (...) estudo da correspondência comercial em Inglês: traduções, análises de textos, conversação e retroversões (cf. Uva, 1965-66).

Nesta altura era já patente a ênfase posta no vocabulário específico na área de correspondência comercial .

Dado não dispor de programas anteriores a estas datas (1963-66), por nunca terem sido oficialmente publicados, fiz-me valer do acesso a alguns manuais dessa época³, a partir dos quais pude deduzir alguns objectivos para o ensino da LI no ISCAP: dar aos alunos uma formação de qualidade teórico-prática; ensinar-lhes conceitos e técnicas específicas; prepará-los para o mundo do trabalho. A finalidade pragmática ou utilitária do IFE era já uma prática corrente no ICP desde os anos 60. Embora Ribeiro (1991: 3) tivesse afirmado que um esboço de IFE terá surgido em 1973, no seguimento da promulgação do Dec. Lei 47587, em relação ao ESUP, a existência do IFE remonta aos finais do século XIX, tendo o seu esboço começado a desenhar-se no séc. XVIII, mais propriamente em 1759. Na actualidade, todos os cursos têm LI, embora no período compreendido entre 1975 e 1990 ela tenha sido retirada do Curso de Contabilidade e Administração (CCA), por vontade expressa dos alunos. A pedido dos discentes, voltou a ser inserida no curriculum em 1991, situação que se mantém até ao presente momento. É leccionada obrigatoriamente durante três anos, com a duração de duas horas por semana (desde 1996).

No Curso de Bacharelato em Contabilidade e Administração do ISCAP, o programa de LI está dirigido a alunos de nível médio-superior que necessitam da LI no mundo do trabalho, na área de Contabilidade e Administração. Proporcionando o 1º ano um contacto prévio com conceitos e vocabulário do mundo empresarial, o programa do 2º ano visa áreas mais específicas, relacionadas com o CCA: a) a banca; b) a bolsa de valores; c) os seguros; d) as tendências de mercado; e) os termos contabilísticos (Houghton, 1980); f) o comércio retalhista e internacional, entre outros. Nos objectivos da disciplina de LI no ISCAP, combinam-se competências comunicativas gerais e profissionais (Brieger, 1997 e Azevedo, 1999), apoiadas em material diversificado mas específico.

Por haver uma confluência de dois tipos de alunos, o tipo de IFE leccionado é, na realidade, uma sua subdivisão, o IFO. Nas turmas coabitam alunos em situação pré-profissional e outros já inseridos no mundo do trabalho. Muitos frequentam o CCA porque necessitam de um diploma para progredirem na carreira (sobretudo os alunos dos cursos nocturnos). Outros, por razões de índole financeira, são trabalhadores-estudantes e frequentam os regimes nocturno e diurno. Outros ainda frequentam o CCA apenas como via de acesso

a outros cursos do ESUP., já que o CCA não foi a sua primeira escolha. Findo o curso, provavelmente prosseguirão a sua formação académica nas áreas da Economia ou Gestão. Daí que a LI no ISCAP deva ter obrigatoriamente em conta as diferentes necessidades que os seus alunos patenteiam. O ensino da LI apoia-se em materiais que reforçam as especificidades dos cursos, nomeadamente a nível lexical.

Abordarei, em breves palavras, os materiais utilizados no ISCAP, para reforçar a ideia de que estão ao serviço do léxico específico. O assunto é pertinente, embora se desvie do tema do presente artigo. Creio, todavia, dever afirmar que não se pode adoptar, em exclusivo, um livro de textos. Partilho da ideia de Jones (1981: 92) que se questiona se deveria haver, de facto, livros de IFE/IFO, dadas as características deste tipo de ensino: “the idea of an all embracing textbook for an ESP course is a contradiction in terms.”

Dos vários livros existentes costuma-se, no caso do ISCAP, seleccionar de cada um deles os textos de acordo com interesses e necessidades dos alunos. Completam-se com outros textos provenientes de jornais e revistas da especialidade, vídeos, de acordo com o nível linguístico e cultural dos alunos. Para além disso, sugere-se-lhes que forneçam também material que gostariam de tratar nas aulas. Por vezes, torna-se necessário adaptar material existente, já que os diversos livros de que nos socorremos não proporcionam a panorâmica mais adequada.

O material escolhido tem em conta que os contabilistas necessitam de ler livros, artigos e escrever relatórios, actividades específicas de uma profissão. Além do mais, quando exercem a contabilidade, poderão ter de preparar apresentações para reuniões a decorrer dentro da firma e, se porventura trabalharem numa companhia multinacional ou num país de LI, terão de interagir com falantes nativos. Isto para além do facto de que muitos deles serão intervenientes em congressos com comunicações ou simples participantes. Se os congressos decorrerem num país que não o seu, a língua oficial será, certamente, a LI. Não se pode igualmente esquecer que a maior parte das publicações científicas se faz em LI, que é, cada vez mais, a língua dos negócios e da investigação.

Portanto, tendo em conta a diversidade de situações a que eventualmente estarão sujeitos, deve-se fornecer aos alunos, para estudo, diferentes *genres* que pertençam às áreas da economia (focalizando a atenção em textos onde abunda

a metáfora), do comércio (artas, c.v., conversas telefónicas, reuniões, entre outros), da contabilidade (nomeadamente na resolução de problemas contabilísticos), do cálculo financeiro (números e operações fundamentais para a resolução dos problemas) e da banca (bolsa de valores, mercado de capitais, operações bancárias), dos seguros (transportes de mercadorias e seus seguros), do comércio internacional (as cotas dos mercados a entrar num determinado país), ou seja, das comunidades profissionais dos seus pares. Cada área dispõe do seu léxico próprio que interage com o léxico de outras áreas congéneres. O tipo de Inglês praticado é o Inglês Empresarial (IE), num contexto ocupacional e não académico (Duddley-Evans e St John, 1998), onde o vocabulário específico assume um papel primordial. O Inglês usado é internacional e as interações são, na sua maior parte, com falantes não nativos, ou seja, aquilo a que Guy e Mattock (1993)⁴ chamam ‘offshore English’⁵, falado entre os pessoas vários países onde a característica dominante da LI é o seu conteúdo prático (Babo, 1999). Na actualidade, o conceito de língua franca é mais abrangente, uma vez que terá de dar resposta às necessidades práticas, que são sempre ao nível de trocas comerciais, mas deverá também contemplar as trocas culturais, para que a comunicação ultrapasse a compreensão do que é ouvido ou lido e vá ao encontro do outro. Segundo Babo (1999: 244), “São as próprias entidades empregadoras que assumem que o intercultural deixou de ser um luxo para se transformar numa necessidade”. Subjacentes a esta afirmação estarão as palavras de Porcher (1995) que Babo (*op. cit.*) reproduz: “As trocas comerciais demonstraram que somente poderiam ser positivas se existissem trocas autênticas entre os parceiros, pois é o conhecimento mútuo que gere o respeito recíproco”. Não esqueçamos que, sobretudo na área do Inglês Empresarial/Inglês de Negócios, tem havido uma grande abertura à ideia de que há variação entre as diferentes culturas (Moreira, 1999). Contudo, o aspecto cultural só recentemente começou a integrar os materiais de ensino e os conteúdos dos cursos para que: a) se possam promover comunicações de negócios bem sucedidas; b) se alcancem objectivos definidos para as reuniões; c) se usem directa ou indirectamente tácticas negociais, técnicas de estruturação de informação ou o uso de estratégias de delicadeza para interromper ou acabar reuniões.

O conhecimento da LI e duma LE em geral não funciona como mero adorno, mas como elemento indispensável numa nova dimensão de cidadania

mundial, que terá de conjugar a habilitação para a cultura do Outro com a habilitação para o trabalho, para a sociedade, para o mercado (Pina, 1999)⁶. Portanto, haverá que saber dosear vocabulário específico com a integração de aspectos culturais (McGinity e Alejo, 1999), para que, da junção dos dois factores, se possa forjar a ‘humanização da globalização’ (Azevedo, 1999).

Os programas de LI no ISCAP têm mantido essa preocupação, articulando os conteúdos com os materiais, valorizando o léxico específico das áreas, que integram o programa da disciplina de LI. Concluindo, pode-se afirmar que é este o ‘state of the art’ do IFE /IFO no ISCAP, em particular no CCA – multifacetado e de índole profissionalizante, tal como é apanágio do perfil do graduado proposto pela Unesco para o século XXI.

¹ “O ICP era uma escola, a exemplo dos restantes institutos congéneres do país, que conferia graus de Bacharelato, Licenciatura e Doutoramento, pelo que se deveriam ter integrado no ensino superior universitário, mas que disposições legais posteriores determinaram a sua integração no ensino superior politécnico” *Guia do ISCAP*, 1997-98, p. 7).

² Já em 1964 era patente o interesse pelo desenvolvimento das competências profissionais.

³ Depois de uma pesquisa feita junto dos antigos docentes das LI (especificamente da Dr^a Isabel Machado que gentilmente me cedeu algumas das obras utilizadas nas suas aulas) e na Biblioteca, consegui obter dez (10) obras que seguidamente destaco:

H. Houghton, *English for Commercial Students* (1962), cujos conteúdos específicos são – 1. “Business correspondence” (p. 60); 2. “Reporting, note-taking and minuting” (p. 83); 3. “Advertising” (p. 102). Além de incluir outros itens como 3. “Spelling and punctuation” (p. 1); 4. “The right use of words” (p. 10); 5. “The expression of ideas” (p. 34); 6. “Essays and descriptions”; e finalmente 7. “Literature” (p. 131); b) G. Thornley, *Practise your English* (1962) cujo subtítulo é elucidativo dos conteúdos: “a collection of prose drama and verse with exercises”; c) E. Eckersley and W. Kaufman, *A Commercial Course for Foreign Students* (1964), Vol I and Vol. II, respectivamente com os seguintes conteúdos específicos: 1. “Forms of business organization I” (p. 76); 2. “Control and organization of business I” (p. 90); 3. “Control and organization of business II” (p. 132); 4. “Correspondence” (p. 152); 5. “Transports” (p. 216); 6. “Methods of payment (Home Trade)” (p. 233); 7. “Imports and exports” (p. 258); 8. “Methods of payment in foreign trade” (p. 269); outros assuntos: 9. “Industrial and

commercial Britain” (p. 17); 10. “Production” (p. 34); 11. “The functions of commerce” (p. 51); 12. “From producer to consumer” (p. 56); d) E Vol II; 13. “The banking system I” (p. 9); 14. “The banking system II” (p. 29); 15. “The capital market” (p. 50); 16. “The stock exchange”; 17. “Foreign exchanges” (p. 83); 18. “Shipping and marine insurance” (p. 113); 19. “Foreign trade” (p. 133); 20. “Markets” (p. 158); e) R. Holland, *First Steps in Business Composition* (1948), em cujo subtítulo se pode ler “including instruction in the art of précis writing, the writing of essays and business letters”. f) P. Sanders, *English for Commercial Classes* (1968), em cujo prefácio se lê: “The purpose of this book is to help teachers of commercial subjects (...) with the vocational aspect of the use of English: the writing of business letters, note-taking, the taking of minutes and types of correspondance”. g) L. Gartside, *Morel Business Letters* (1972), que, como o nome indica, destina-se única e exclusivamente à feitura de cartas comerciais. h) A. Mack, *The Language of Business* (1973), em cujo prefácio se pode ler (p. 7): “It is a course for students of English who already have a working knowledge of the language and want to learn up-to-date business terms. It is a serial story in dramatised form about a manufacturing company”. i) M. Jay *et alii*, *Business in the Seventies* (1972). Divide-se em duas partes: 1. “Présente la firme Robinson au moment où elle trouve son second souffle dans la modernité des années 70”; 2. “Présente une étude élargie, actuelle, de l’économie et de la civilisation britannique”. (p. 2). j) Kench, *The Language of English Business Letters* (1972), que ensina os diferentes tipos de cartas comerciais.

⁴ Citado por Duddley-Evans e St John (1998: 59).

⁵ Cf. Klegraf e Nelhs, 1997 e James, 1998, *New Englishes Movement*.

⁶ Citado em Babo, 1999: 244.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, D. (1985). “Subsídios para a história do ISCAP”. In *O Tripeiro*, Ano IV, nº 3, Março, pp. 7-72.
- AZEVEDO, J. (1999). *Vóos de Borboleta*. Porto: Editora Asa.
- BABO, A. (1999). “A Língua Estrangeira para Fins Específicos: uma Língua Mutilada?” In *Actas do ENELESP*. Porto: FLUP. 459 – 473.
- BRIEGER, N. (1997). *Teaching Business English Handbook*. S/l: York Associations Publishing.
- DUDDLEY-EVANS, T.; M. St. John (1998). *Developments in ESP*. Cambridge: CUP.
- GUY, N.; A. Mattock (1993). *Lexical Issues in Language Learning*. Michigan: Ann Arbor.
- HOUGHTON, H. (1980). *English for Commercial Students*. London: Pitman.
- MCGINITY, M.; R. ALEJO (1999). “Culture for specific Purposes: Who, What and How?”. *Actas do IX Congresso Luso-Espanhol de Línguas Aplicadas às Ciências*, Cádiz, CDROM.
- MOREIRA, G. (1999). *Learning About the Others in the Classroom*. *Actas do ENDMELE*. Braga: Universidade do Minho. 277-288.

PINA, A. (1999). “O Presente e o Futuro das Línguas no Ensino Superior”. Actas do II ENELESP, Mesa Redonda 1. Porto: FLUP. 321-324.

PORCHER, A. (1995). “Les Langues Étrangères et son Enseignement”. *Le Français dans le Monde*, n° 154, juillet.

UVA, A. (1963-65). Programas dos Cursos Práticos de Inglês, Francês e Alemão.